



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
EMERJ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
SERVIÇO DE LICITAÇÕES

Licitação Nº 006/2009

(Processo Administrativo nº 220080/2009)

## 1 – PREÂMBULO

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que na sala de aula nº 09, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, localizada na Av. Erasmo Braga nº 115 – 4º andar – Bloco J – Centro – Rio de Janeiro-RJ, será realizada no dia **21 de outubro de 2009**, a licitação nº **006/2009**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **menor preço global**, visando a fornecer e instalar equipamentos de videoconferência, incluindo treinamento de pessoal e central de atendimento, para atender a solicitação da SECGE - Secretaria - Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, doravante designada EMERJ, de acordo com o que determinam a Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e seu regulamento, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, as demais normas legais aplicáveis, bem como as cláusulas e condições deste edital.

1.2 - As propostas de preços, os documentos de habilitação, bem como os elementos elencados no subitem 4.1.2, serão **ENTREGUES** e **PROTOCOLADOS** no SELIC-Serviço de Licitações da EMERJ, localizado na Avenida Erasmo Braga, 115 - 4º andar - Centro- Rio de Janeiro/RJ, em envelopes fechados, distintos, com a identificação externa do seu conteúdo, até às **13h15** da data acima designada, sendo **ABERTOS às 14h**, observado o devido processo legal.

1.2.1 - O licitante deverá entregar a sua Proposta e os seus Documentos de Habilitação em envelopes fechados, distintos, constando na parte externa os seguintes dizeres:

1.2.1.1 - No envelope contendo a Proposta Comercial:

**ENVELOPE “A”**  
**“PROPOSTA COMERCIAL”**  
**PREGÃO 05/2009**  
**RAZÃO SOCIAL**  
**CNPJ**  
**ENDEREÇO DA PROPONENTE**

1.2.1.2 - No envelope contendo a Documentação:

**ENVELOPE “B”**  
**“DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”**  
**PREGÃO Nº 05/2009**  
**RAZÃO SOCIAL**  
**CNPJ**  
**ENDEREÇO DA PROPONENTE**

1.3 - Integram este edital os seguintes anexos:

- I - termo de referência;
- II - formulário padronizado de proposta de preços;
- III - modelo de declaração de habilitação (papel timbrado);
- IV - modelo sugestivo de carta de credenciamento;
- V - modelo de declaração (no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte);
- VI - minuta de termo de contrato;

## 2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente competição é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamentos de videoconferência, com instalação, contemplando materiais, cabeamento e demais elementos necessários à perfeita prestação do serviço, bem como treinamento de pessoal e central de atendimento.

## 3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - A despesa correrá pelos Códigos de Despesas nºs 4.4.9.0.52.18 e 3.3.9.0.39.58, Programas de Trabalho nºs 0362.02.061.01422.296 e 0362.02061.014.22132 do orçamento da EMERJ.

## 4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderá participar do certame a pessoa que atenda às exigências deste edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação, podendo ser ou não inscrita no Registro Cadastral do Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Praça Quinze de Novembro nº 2 - Térreo - Sala T - 05 - Centro Rio de Janeiro - RJ.

4.1.1 - Para aplicação dos benefícios concedidos pela Lei complementar nº 123/06, a microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar certidão expedida, conforme o caso, pela Junta Comercial de seu domicílio (art 3º da LC.123/06 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, que demonstre esta condição, caso não conste no respectivo ato constitutivo a referida condição de microempresa e empresa de pequeno porte.

4.1.2 - A CERTIDÃO (SUBITEM 4.1.1), ASSIM COMO A PROCURAÇÃO/CREDENCIAMENTO (SUBITEMS 5.1 E 5.1.1) E A DECLARAÇÃO (SUBITEM 5.1.2) DEVERÃO SER ENTREGUES AO MESMO TEMPO EM QUE OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA FOREM ENTREGUES, PORÉM, **FORA DOS ENVELOPES.**

## 5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - As Sociedades Empresárias participantes poderão ser representadas na sessão do pregão por seu representante legal, mediante apresentação de:

5.1.1 - Cédula de identidade (original e cópia), prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ato constitutivo que comprove a capacidade do sócio ou do outorgante da procuração/credenciamento, onde deverão constar poderes expressos **para a formulação de propostas em lances verbais, para a interposição de recursos, bem como para os demais atos inerentes ao certame**, conforme modelo sugestivo (Anexo IV).

#### 5.1.1.1 - O ato constitutivo, conforme o caso:

a) Em se tratando de sociedade empresária, registro do ato constitutivo (contrato social ou estatuto), no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.1) No caso de o participante ser sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) onde atua, com averbação na Junta Comercial onde tem sede a matriz;

a.1.2) Em se tratando de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial);

b) Em se tratando de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada da ata da data da assembleia de eleição da diretoria em exercício;

b.1) No caso de o participante ser sucursal, filial ou agência, a inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas onde atua, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

c) Em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2 - Declaração de que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/06 (Anexo V), no caso de microempresa e empresa de pequeno porte.

5.2 - Cada credenciado poderá representar um único licitante.

5.3 – **Deverão ser entregues fora dos envelopes** de HABILITAÇÃO E PROPOSTA:

a) o credenciamento (Anexo IV) e;

b) a declaração de habilitação (Anexo III).

## 6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Acompanha este edital formulário padronizado de proposta que o licitante preencherá em duas vias e inserirá no respectivo envelope, que deverá ser apresentado de acordo com o subitem 1.2.1.1 (Proposta Comercial)

6.2 - O envelope- proposta deverá conter os seguintes documentos:

a) Formulário de proposta preenchido conforme subitem 6.3;

b) A proposta detalhada, ou seja, o conjunto de documentos que compõe o envelope de proposta, devendo ter todas as folhas numeradas sequencialmente;

c) Atestado, expedido pela Assessoria de Apoio ao SIEM e pelo SEAUD -Serviço de Áudio e Vídeo da EMERJ, comprovando que o licitante atende a todos os requisitos mínimos exigidos na presente licitação.

c.1) A liberação do atestado será feita através da apresentação de folhetos originais atualizados ou manuais editados sob a responsabilidade do fabricante que comprovem todos os requisitos mínimos obrigatórios. Serão aceitos também cópias do Website do fabricante ou declarações autenticadas do fabricante em papel timbrado;

c.2) Os folhetos originais atualizados ou manuais editados sob a responsabilidade do fabricante deverão ser entregues pela licitante, junto com a especificação mínima exigida (Termo de Referência-

Anexo I – Itens 1 ao 9) com a respectiva menção à página da documentação (folhetos ou manuais), na qual se encontra comprovado o requisito mínimo, no Serviço de Licitações da EMERJ, na Av. Erasmo Braga, nº 115- 4º andar- BlocoJ – Centro - Rio de Janeiro - RJ, de 2ª a 6ª feira, das 12 às 18h, **no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas antes da data marcada para abertura do(s) envelope(s) de proposta de preços. Não serão aceitos, em hipótese alguma, os documentos mencionados (folhetos ou manuais) após esse prazo. Na entrega dos documentos para fornecimento do atestado, o licitante deverá informar em papel timbrado a potência ativa em Watts de cada equipamento**

c) declaração em papel timbrado da Sociedade Empresária de que a proponente dispõe de equipamentos e mão de obra qualificada para efetuar os serviços de atendimento em garantia, objeto desta contratação, a partir do primeiro dia do prazo de garantia;

d) “Termo de Garantia” emitido pelo distribuidor ou revendedor, em papel timbrado, endereçado explicitamente à EMERJ, contendo: a) prazo de garantia “ on-site”, mínimo de 2 (dois) anos para o equipamento; b) o prazo para atendimento em até 2 (duas) horas, a contar da hora de abertura do chamado; c) o prazo para solução do problema em até 2 (dois) dias úteis, a contar da hora de abertura do chamado; d) que a contratada se compromete a reparar, corrigir ou substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, excluindo-se apenas os reparos de danos causados por quebra, choque mecânico, produtos químicos, água e fogo; e) o número do telefone da central de atendimento e e-mail para abertura de chamado.

e) declaração do fabricante ou contrato de parceria com o fabricante, de forma a comprovar ser a Sociedade Empresária autorizada para venda e prestação de garantia dos equipamentos;

f) declaração em papel timbrado de que a Sociedade Empresária possui instrutores graduados e com experiência mínima comprovada de 03 (três) anos em Telecomunicação, Redes TCP e Videoconferência;

g) carta dos fabricantes informando haver compatibilidade garantida entre os itens 1,2, 3 e 8, específica para esta licitação, caso os referidos itens não sejam do mesmo fabricante.

6.3 - Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:

a) dados cadastrais;

b) assinatura do representante legal;

c) indicação do preço, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;

d) indicação dos números do CNPJ e da inscrição estadual ou municipal, os quais deverão ser os mesmos constantes nos documentos habilitatórios;

e) indicação do número da conta-corrente no BANCO ITAÚ S/A e agência, para os licitantes estabelecidos neste Estado, ou no BANCO DO BRASIL S/A, para aqueles localizados em outro ente da Federação;

e.1) Se o (s) vencedor (es) do certame não possuir (em) conta-corrente, conforme mencionado na alínea "e", este (s) providenciará (rão) a abertura da conta-corrente, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da publicação da homologação, no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, nas condições indispensáveis à emissão de nota de empenho.

e.2) A conta bancária deverá ter como titular o detentor do CNPJ da proposta comercial.

f) indicação do nome, profissão, estado civil, nº de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) de seu representante, com poderes expressos para firmar o termo de contrato referido no item 10 deste edital;

g) facultativamente, o endereço eletrônico.

6.3 - O Pregoeiro aceitará que a proposta venha lançada em papel timbrado do concorrente, desde que reproduza o conteúdo do formulário do Anexo II.

6.4 - Cada concorrente deverá computar no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, bem como transporte, carga e descarga, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

6.5 - A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, sob pena de desclassificação.

6.6 – Cada licitante deverá apresentar cotação para todos os itens da proposta de preços, sob pena de sua desclassificação;

6.7 - A proposta deverá conter indicação expressa da marca e/ou modelo dos materiais que cotar.

6.8 - Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros materiais de cálculo.

## 7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para fins de habilitação (**regularidade fiscal**) no presente pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos, **devidamente autenticados**:

a) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao estabelecimento licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contrato social;

b) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da circunscrição fiscal do estabelecimento licitante, emitidas pelos órgãos arrecadores;

b.1) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante;

b.2) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004, exigência que se estende aos demais Estados onde haja tal vinculação, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

b.3) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo de imposto sobre serviços de qualquer natureza, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal;

c) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da sede do licitante (INSS);

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.2 – Quanto à **qualificação técnica**, no presente pregão, cada licitante deve apresentar o seguinte documento:

a) atestado firmado por órgão público ou privado, comprovando haver fornecido satisfatoriamente equipamentos e prestado serviços iguais ou similares aos do objeto desta licitação, com configuração igual ou superior a exigida neste edital;

7.3 – Quanto à **qualificação econômico- financeira**, no presente pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos:

a) balanço patrimonial assinado por contabilista habilitado e pelo representante do licitante, e demonstrações do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstre a boa situação financeira da sociedade empresária;

a.1) se Sociedade Anônima (S.A.), balanço patrimonial devidamente registrado (art. 289, caput e § 5º, da Lei federal nº 6.404/76);

a.1.1) se outra forma societária, balanço acompanhado de cópia dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (art. 5º, § 2º, do Decreto-lei nº 486/69), autenticado pela Junta Comercial (art. 1.150 do Código Civil) ou pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

a.2) sociedades constituídas há menos de ano poderão participar do torneio apresentando o balanço de abertura (observada a alínea a.1), assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade;

a.3) as escrituras contábeis deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado no **termo de referência** (Anexo I).

b) certidão(ões) negativa(s) de recuperação judicial - Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor(es) de sua sede; se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a(s) certidão(ões) deverá (ao) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, relacionando o (s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial - Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas);

c) declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e do inciso V, artigo 27 da Lei federal nº 8666/93, conforme regulamentado pelo Decreto federal nº 4358, de 05 de setembro de 2002.

7.2 - Na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou de empresa de pequeno porte, se necessário, serão observados os termos do art. 43, § 1º e § 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

7.3 - O Registro Cadastral do Tribunal de Justiça – RC/TJ e os documentos ali elencados, desde que estejam em seu prazo de validade, substituem as exigências contidas no subitem 7.1 deste edital, exceto os documentos dos subitens 7.2, alínea “a” e 7.3, alíneas “a” e “c”.

7.4 - Os documentos de habilitação serão acondicionados em envelope fechado, que deverá ser apresentado conforme subitem 1.2.1.2. **(Envelope “B” - Documentos de Habilitação)**

7.5 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original ou em cópias autenticadas por cartório competente. No caso dos documentos serem conferidos por servidor da EMERJ, estes deverão ser apresentados (cópias/originais) no SELIC - Serviço de Licitações da EMERJ, localizado na Avenida Erasmo Braga, 115 - 4º andar - Centro - Rio de Janeiro- RJ, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas anteriores à data marcada para abertura dos envelopes (subitem 1.1). Em qualquer das hipóteses, os documentos de habilitação ficarão retidos nos autos.

7.6 - O Pregoeiro poderá verificar, se necessário, a regularidade dos documentos trazidos pelo licitante ao certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

## 8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Iniciada a sessão pública, e encerrado o procedimento de credenciamento, o Pregoeiro procederá à abertura do **ENVELOPE "A" - PROPOSTA COMERCIAL**, à verificação de conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital e à divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

8.1.1 - Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8.1.2 - Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope, nem retratação ou desistência de lances após o registro pelo Pregoeiro.

8.2 - Em seguida, o Pregoeiro classificará o licitante autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço, e desclassificará desde logo as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.3 - Quando não forem verificadas no mínimo três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 8.2, o Pregoeiro classificará as três melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.4 - As propostas escritas classificadas serão ordenadas em sequência crescente dos preços cotados, para definição de ordem de apresentação de lances verbais. Em caso de empate, proceder-se-á a sorteio imediato, para definição da ordem de apresentação de lances verbais.

8.5 - Seguir-se-á a apresentação de lances verbais pelos proponentes classificados.

8.6 - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar novos lances verbais e sucessivos, a começar pelo licitante autor da proposta classificada de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente de valor, até a proclamação do vencedor.

8.7 - A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, impede o licitante de oferecer novos lances, fixando-se o seu último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas, salvo quando microempresa ou empresa de pequeno porte, no caso do empate previsto no subitem 8.11.

8.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas conforme os respectivos lances finais, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e ao valor.

8.9 - Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor que consta no Termo de Referência (Anexo I), desclassificando-se a proposta cuja cotação o exceda ou seja, manifestamente, inexequível.

8.10 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço global, observados os prazos máximos para o fornecimento dos equipamentos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

8.10.1 - Como critério para aceitabilidade de preço adotar-se-á o do preço máximo total, na fase de lances verbais, cujo valor é o do termo de referência (Anexo I), desclassificando-se as propostas cujas cotações o excedam ou sejam manifestamente inexequíveis.

8.11– Será assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte que apresentarem propostas iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances,

configurando assim o empate ficto, como critério de desempate, o seguinte procedimento:

8.11.1 – No caso de serem idênticos os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.11, será realizado sorteio para que se identifique aquela que em primeiro lugar apresentará melhor oferta;

8.11.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, situação em que será declarada vencedora;

8.11.3 – Não ocorrendo proposta de preço inferior na forma do subitem 8.11.2, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 8.11, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.11.4 – Não havendo vencedor nos termos previstos no subitem 8.11, o Pregoeiro passará a examinar a aceitabilidade da proposta originalmente vencedora;

8.11.5 - O disposto no subitem 8.11 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.12 – O licitante detentor da melhor oferta deverá atualizar a sua proposta, indicando os valores dos itens constantes no Termo de Referência (Anexo I) que resultaram no menor preço total verbalmente lançado.

8.13 - Aceita a proposta, será aberto o ENVELOPE "B" do licitante que a formulou para confirmação das suas condições de habilitação;

8.13.1 - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

8.13.2 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o Pregoeiro declarará o licitante vencedor.

8.13.3 - Caso o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital.

8.14 - No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação e apresentação da certidão negativa de débito ou positiva com efeito de negativa, podendo tal prazo ser prorrogado por idêntico período, a critério da Administração.

8.14.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.14, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, sendo facultado à Administração convocar para contratar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar esta licitação.

8.15 – Nas hipóteses dos subitens 8.11.3 e 8.13.3, o Pregoeiro realizará o procedimento na mesma sessão pública ou, se necessário, em outra data. Ele notificará os participantes com registro em ata, via fax, como também no site da EMERJ, da data, hora e local em que se dará continuidade ao certame.



8.16 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante, objetivando proposta mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

8.17 - Declarado o vencedor, o Pregoeiro indagará se há licitante interessado em recorrer, e não havendo, adjudicará o objeto ao vencedor.

## 9 - DO RECURSO

9.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer de qualquer ato do Pregoeiro, com registro em ata da síntese dos respectivos motivos, **desde que munido de procuração ou de carta de credenciamento com poderes específicos para tal**, e terá o prazo de 03 (três) dias para trazer razões escritas, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes importará decadência do direito de recorrer, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto da licitação ao proponente vencedor.

9.3. - No caso de a Administração vir a convocar para contratar os licitantes remanescentes, o Pregoeiro retomará o procedimento em sessão pública, na qual examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de sua classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor. Será dado aos licitantes presentes o direito de recorrer apenas quanto à habilitação do novo vencedor e ao novo melhor preço, se oferecido, com base no Inciso XXIII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

## 10 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - O prazo para a formalização do contrato é de até 07 (sete) dias úteis, conforme subitem 10.2.2 do edital, observada a norma do § 4º, do artigo. 62, da lei federal nº 8.666/93.

10.2. – Caso o adjudicatário não tenha informado na Proposta Comercial os nºs da sua conta-corrente e agência no Banco Itau S/A. ou Banco do Brasil S/A., este deverá fazê-lo à DIFIN - Divisão de Finanças da EMERJ, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, por fax - (021) 3133-3378 ou (021) 3133-3379, a contar da adjudicação do objeto pelo Pregoeiro.

10.2.1- Se o licitante vencedor não possuir conta nos bancos acima mencionados, deverá providenciar sua abertura, conforme subitem 6.2, alíneas e.1 e e.2, informando à DIFIN em 24 (vinte e quatro) horas, após expirado o prazo final (subitem 6.2, alínea e.1), os números da conta-corrente e agência.

10.2.2 – O adjudicatário receberá do SELIC-Serviço de Licitações da EMERJ, após publicação da homologação da licitação no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro:

I) Cópia da NAD/EMPENHO, via fax, **devendo confirmar, imediatamente, o seu recebimento** e/ou comparecer ao Serviço de Licitações para retirá-la, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da confirmação de recebimento do fax;

II) Comunicação, via fax, sobre dia e hora que deverá comparecer ao Serviço de Licitações da EMERJ, a fim de firmar o termo de contrato e apresentar o documento comprobatório de garantia de execução, sob pena de submeter-se às normas dos subitens 10.4, 10.4.1 e 10.4.2. A critério da EMERJ, o termo de contrato poderá ser retirado para colher assinatura do responsável pelo contrato e será devolvido ao SELIC-Serviço de Licitações da EMERJ, no prazo estabelecido na convocação. **O recebimento da referida comunicação deverá ser confirmado, imediatamente.**

10.3 - Antes de firmar o termo, o adjudicatário prestará garantia equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, que será dispensada pela Administração se não prevista no contrato.

10.3.1 - A garantia será cumprida, à escolha do adjudicatário, por meio de caução em dinheiro ou em título eficaz da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

10.3.2 - A garantia em dinheiro deverá ser depositada no Fundo EMERJ, com identificação do CNPJ do licitante vencedor, na conta-corrente 01607-6, Banco ITAÚ S/A - 341, agência 6002.

10.3.3 - A apólice de seguro-garantia, a caução em dinheiro, o título eficaz da dívida pública ou a carta de fiança bancária deverá ser encaminhado à apreciação da Divisão de Finanças da EMERJ, através do protocolo do Serviço de Licitações (SELIC).

10.4 - O fato de o adjudicatário, convocado a contratar, não prestar a garantia, não a prestar no prazo determinado ou prestá-la incorretamente, importará inexecução total do contrato, sujeitando-o à aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei federal nº 8.666/93, facultado à Administração proceder na forma do art. 4º, XVI, da Lei federal nº 10.520/02.

10.4.1 - O fato de o adjudicatário, convocado no prazo de eficácia de sua proposta, não celebrar o contrato, independentemente de sujeitá-lo às sanções do art. 7º da Lei federal nº 10.520/02, autoriza o Pregoeiro a examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes na ordem de sua classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor.

10.4.2 - O fato de o adjudicatário convocado para assinar o termo contratual não assiná-lo, ou não assiná-lo no prazo determinado pela Administração, caracterizará falta contratual (art. 81 da Lei Federal nº 8666/93), sujeitando-o à aplicação de penalidade de advertência e/ou multa, observado o devido processo legal.

10.5 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo as sociedades empresárias retirá-los até 5 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

10.6 - A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão ao contratante, exercendo-os de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases do contrato, por meio da Diretora do Departamento de Administração da EMERJ, na função de Gestora, e de funcionários da Assessoria de Apoio ao SIEM e Serviço de Áudio e Vídeo (SEAUD) da EMERJ, designados para a função de fiscal. O contratado deverá apresentar-se ao fiscal imediatamente após a formalização ou retirada do instrumento contratual.

10.7 - A Contratada deverá facilitar a ação da fiscalização da EMERJ, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atender prontamente às observações e exigências por ela apresentada.

10.8 - A Contratada deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com a fiscalização da EMERJ, serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais.

10.9 – A Contratada responderá civil e administrativamente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à Administração Pública, ou a terceiros, em razão da execução dos serviços.

10.10 – A Contratada deverá atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a EMERJ.

10.11 - Além do que consta no termo de referência, a Administração poderá obrigar o contratado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam.

10.12- A Contratada não deverá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

10.13 - A Contratada deverá dar ciência à EMERJ, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

10.14 - A Contratada responderá objetivamente pela má utilização dos bens disponibilizados pela Administração Pública, para a realização dos serviços, como também a terceiros, obrigando-se a repor quaisquer desvios, desperdícios, perdas ou danos que venham a ocorrer.

10.15 - A Contratada se responsabilizará pela permanente manutenção de validade de sua documentação Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico- Financeira.

10.16 - A Contratada assumirá como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas;

10.17 - A Contratada deverá recompor o valor da garantia contratual sempre que a anterior vença ou tenha o seu valor reduzido em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou ainda sempre que ocorrer modificação no valor do contrato, durante a sua vigência.

10.18 - À Contratada serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra pena cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato.

10.19 - A Contratada responsabilizar-se-á pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e preservará a EMERJ de quaisquer demanda, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, resultantes da execução do contrato.

10.20 - O prazo do contrato, sem interrupção e prorrogável na forma do art. 57 § 1º da Lei federal nº 8666/93, compreende:

- O prazo de até 30 dias de entrega dos equipamentos, contado da confirmação de recebimento da NAD/EMPENHO;
- O prazo de instalação de até 30 dias, contado a partir da entrega dos equipamentos;
- O prazo de garantia de 24 meses, contado a partir do efetivo funcionamento dos equipamentos e serviços.

10.21 - A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta no termo de referência.

10.22 - A EMERJ poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no seu art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste edital.

10.23 – A EMERJ poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei federal nº. 8.666/93.

10.24 - O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.

10.25 - O foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

## **11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:**

11.1 - Os equipamentos serão entregues nas dependências da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - **Av. Erasmo Braga, nº 115 - 4º andar – Centro –RJ** - e nos núcleos constantes do Termo de Referência (Anexo I). A Sociedade Empresária deverá agendar, **obrigatoriamente**, a entrega e instalação dos equipamentos com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, através dos telefones **(0xx 21) 3133-3065 ou 3133-1880**.

11.2 - A embalagem (caixa) deverá exibir o número de série e código de barras do equipamento embalado.

11.3 - Os equipamentos deverão ser adquiridos em um único lote e os itens 1, 2 e 3 de um único fornecedor, posto que a divisão em lotes acarretaria dificuldades em compatibilizar programas e acompanhar os serviços de manutenção durante o prazo de garantia;

11.4 - A entrega e a instalação dos equipamentos deverão ser realizadas pela licitante sem nenhum ônus adicional para a contratante;

11.5 - A EMERJ se reserva no direito de devolver qualquer equipamento que não atenda às especificações deste edital, o que poderá vir a ser detectado somente no momento da instalação e utilização do equipamento.

11.6 - A Contratada, na hipótese prevista no item acima, obrigará-se a substituir o equipamento, no prazo de até 02 dias úteis, arcando com todas as despesas decorrentes;

11.7 - Cada um dos equipamentos deverá ser entregue acompanhado de todos os cabos conectivos e de força e todos os adaptadores que se fizerem necessários a sua perfeita utilização. Todos os drivers necessários a sua completa instalação, configuração ou controle, deverão ser fornecidos em CD-ROM.

11.8 - Cada equipamento deverá ter o número de série por extenso e em código de barras, impresso em etiqueta metálica não removível;

11.9 - Todos os serviços executados pela Contratada estarão sujeitos à aceitação pela EMERJ, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso;

11.10 – Os equipamentos serão objeto de recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “a”, da Lei federal nº 8.666/93.

11.11 - Os equipamentos serão objeto de recebimento definitivo em até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei federal nº 8.666/93.

11.12 - O contratado fica obrigado a trocar, às suas expensas, o equipamento que vier a ser recusado, sendo que o recebimento previsto no subitem 11.3 não importará sua aceitação.

## **12 - DAS SANÇÕES**

12.1 - O adjudicatário que, convocado dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo de ter cancelado o respectivo registro no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado do

Rio de Janeiro, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste edital e no termo de contrato, bem como às demais cominações legais.

12.2 - Ao contratado, total ou parcialmente inadimplente, observados os princípios da ampla e prévia defesa, contraditório e proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;

b) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei estadual nº 287/79, art. 226, Decreto 3149/80, art.87);

b.1) multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso na execução, por culpa do contratado, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

12.3 - A penalidade de multa poderá ser cumulada com qualquer das demais.

12.4 - A penalidade de multa não tem natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade do contratado por danos causados ao contratante.

12.5 - O valor de multa aplicada será descontado da garantia que houver sido prestada, e se for superior ao valor desta, além de sua perda, responderá o contratado pela diferença, que será descontada de eventuais créditos que tenha em face do contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

12.6 - Nos casos em que o valor da multa vier a ser descontado da garantia prestada, o valor desta deverá ser recomposto no prazo máximo de 05 (cinco) dias, e o não atendimento caracterizará falta contratual sujeita às penalidades previstas no contrato

### 13 - DO PAGAMENTO

13.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) ao(s) contratado(s), desde que cumprida a obrigação a que se referir a fatura/nota fiscal emitida pelo(s) estabelecimento(s) contratado(s), será(ão) efetuado(s) no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da entrega da **Nota de Venda e Nota de Serviço**, mediante crédito em conta no BANCO ITAÚ S/A ou no BANCO DO BRASIL S/A (conforme o disposto no subitem 6.2,"e"). A fatura/nota fiscal deverá ser atestada e visada pelo órgão de fiscalização e acompanhamento de execução do contrato. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

13.1.1 - Como condição para que o pagamento seja efetuado, o contratado deverá apresentar, junto com a fatura, as certidões de regularidade do INSS e do FGTS.

13.2 – Caso se faça necessária a retificação da fatura por culpa do contratado, o prazo terá sua contagem suspensa até a data da reapresentação da fatura isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

13.3 – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorrente de ato ou fato atribuível ao Contratado, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano.

13.4 - Entende-se por atraso o período que exceder ao previsto no subitem 13.1.

## **14 - DAS INFORMAÇÕES**

14.1 – O SELIC–Serviço de Licitações da EMERJ prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, na Av. Erasmo Braga nº 115, 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, pelos telefaxes (21) 3133-3381 ou (21) 3133-1891.

14.2 - Os editais estão disponíveis na íntegra no endereço eletrônico [www.emerj.tjrj.jus.br](http://www.emerj.tjrj.jus.br)

## **15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 – A EMERJ poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei federal nº 8.666/93.

15.2 - Não serão admitidas a esta licitação pessoas: (a) suspensas do direito de licitar e de contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; (b) declaradas inidôneas, vigente a penalidade, por autoridade federal, estadual ou municipal; (c) sob regime de insolvência, falência, concordata ou recuperação judicial (art. 52, II da Lei nº 11.101/05).

15.3 - Impugnações e/ou pedidos de esclarecimento de natureza técnica referentes a este edital deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, encaminhados e protocolados no SELIC-Serviço de Licitações da EMERJ, à Avenida Erasmo Braga, 115, Centro, nesta cidade, até 02 (dois) dias úteis antes da data indicada no subitem 1.1 deste edital e serão respondidos da mesma forma, com cópia para todos os interessados.

15.4 - Aplicam-se, subsidiariamente, as normas da Lei federal nº 8.666/93.

15.4.1 - A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 64 § 3º da Lei Federal nº 8666/93.

15.5 - Todas as comunicações referentes a este certame serão publicadas no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

**Rio de Janeiro, 1º de outubro de 2009.**

Maria de Fátima Pinto Santos  
Diretora do Departamento de Administração  
Matr.:10/90815

Aprovo o Edital.  
**Rio de Janeiro, 1º de outubro de 2009**

Gisele Sayde de Azevedo  
Matr.: 10/90950  
Pregoeira